

MÃES DE CRIAÇÃO**

Marcus André Vieira

AME/EBP AE (2012)

Romildo do Rêgo Barros

AME/EBP

Mães

Lacan nos ensinou a reconhecer, no pai freudiano, a função paterna e a distingui-la da pessoa que lhe dá corpo. Demonstrou como o jogo de interdições e identificações definidos por Freud como complexos de castração e de Édipo ordenava a subjetividade em uma estruturação em torno da falta, da negatividade do falo. Neste contexto, a mãe encarnaria um desejo inicialmente excessivo, mas a seguir submetido aos poderes da tradição e de sua negatividade essencial.

É possível pensar esse desejo de forma independente da função paterna? Existiria um papel materno que estabilizasse a relação com criança, definisse alguma distância estável condizente com o laço social que prescindisse do pai? São questões fundamentais em tempos de pais cada vez mais demitidos da função e de uma função aparentemente em ocaso.

Abordaremos, aqui, a situação conhecida como “Mãe de criação”, a mãe que se define por seus cuidados e não pela biologia. A expressão “mães de criação”, e a própria prática das mães de criação, nos ajudam a perguntar: existiria algo de constante na maternidade? A mãe de criação seria uma aplicação de alguma coisa universal que se chamaria maternidade?¹:

I

Mateus, 10 anos, tem diagnóstico de autismo e é tratado em um Centro de Atenção Psicossocial infanto-juvenil. Quando chega ao tratamento, não fala, usa fraldas e tem muita dificuldade de fazer qualquer coisa sozinho, convocando algum técnico da equipe

* Este texto retoma e rearticula passagens dos autores do livro Mães, Ed. Subversos, Rio de Janeiro, 2015.

Versão em espanhol publicada como:

VIEIRA, M. A.; RÊGO BARROS, Romildo . Madres de creación. In: Marcela Ana Negro; Gerardo Battista. (Org.). Incidencias clínicas de la carencia paterna. 01ed.Buenos Aires: , 2019, v. 01, p. 113-131.

sempre que precisa de algo. Vem trazido pela avó materna, responsável por ele. Esta diz orgulhosa que o neto a chama de mãe e diz que todos os cuidados maternos é ela quem lhe dá e sempre deu. A mãe de Mateus é descrita pela avó como “retardada e inútil”, alguém que não consegue cuidar de si própria e que, por isso, não poderia cuidar do filho. Por essa razão, a avó “pegou Mateus para criar”. Porém, Mateus tem uma irmã mais nova, que mora com a mãe. A mãe mora em outro bairro, muito distante, e quase não vê o filho. A avó procura um tratamento para Mateus porque ele tem ficado agressivo com ela e reativo a suas aproximações e cuidados. Esses cuidados são especificados pela avó: não quer mais deixar que ela o limpe quando faz cocô e, quando vai lhe dar banho, não quer que ela pegue no pênis dele. A avó fala disso com surpresa e diz que gostaria que ele voltasse “a ser como antes”.

II

Julia, 5 anos, chega ao CAPSI encaminhada pela escola. Vem acompanhada de uma senhora que cuida dela, Maria, que se diz sua madrinha. A relação entre Maria e Julia começou há mais ou menos um ano, quando Maria encontrou Julia caminhando sozinha perto de sua casa, “toda suja e mal cuidada”. Preocupou-se em ver a menina sem responsável e a levou para sua casa. Julia não sabia como chegar de volta a sua casa. Maria procurou por perto, mas não descobriu onde ela morava. Então Julia acabou passando 5 dias na casa de Maria, até que um vizinho a reconheceu e explicou a Maria onde a menina morava. Quando Maria levou Julia de volta para sua mãe, encontrou-a bêbada no bar, com seis filhos em volta. Teve notícias de que a mãe de Julia vivia em bares, sempre acompanhada dos filhos, que não iam à escola. Cada filho tinha um pai diferente, e o pai de Julia a via raramente. Maria fez então um acordo com a mãe de Julia: a menina passaria a semana em sua casa, para garantir suas idas à escola, e voltaria para a mãe nos fins de semana. Porém, com o passar do tempo, Maria percebia que Julia voltava mal cuidada para sua casa e não queria mais voltar para a casa da mãe. Cada vez mais Julia foi ficando na casa de Maria. Hoje, Julia a chama de mãe e apenas de vez em quando vê sua mãe e seus irmãos. Porém, Maria não demonstra nenhuma segurança de que cuidará de Julia a longo prazo, falando dessa situação sempre como temporária.

III

Henrique, 7 anos, é atendido no CAPSI há dois anos, com diagnóstico de psicose. Sua mãe, Sueli, é também sua tia, parentesco descrito com muita confusão. Sueli é irmã de seu pai biológico — Cebolinha. Os pais biológicos de Henrique sempre usaram muitas drogas e na época de seu nascimento não era diferente. Quando Sueli foi visitar o bebê, com 3 meses de idade, percebeu que ele estava mal cuidado, cheio de assaduras por falta de troca de fraldas, machucado e doente, com pneumonia. Sueli levou-o ao médico e propôs aos pais que, já que eles não tinham condições de criá-lo, ela o faria. Ambos aceitaram prontamente. Desde então, Henrique mora com ela, seu marido e suas duas filhas mais velhas, e os chama de pais e irmãs respectivamente. Porém, de tempos em tempos, Sueli o leva para visitar Cebolinha, que mora com sua própria mãe, e diz a Henrique que ele vai visitar seu pai. Tanto o marido de Sueli como seu irmão são apresentados a Henrique como pais. Há alguns meses, Sueli resolveu fazer os trâmites judiciais para a adoção legal de Henrique, com medo de que a mãe biológica resolvesse tirá-lo dela. Esse medo tem um antecedente: há 18 anos, Sueli havia “pegado para criar” outro menino, por falta de condições da mãe de criá-lo. Sueli o criou por 6 anos até que

a mãe resolveu buscá-lo. Sueli não pôde impedi-la e, anos depois, teve a notícia de que o menino havia morrido por envolvimento com drogas.

É possível perceber como é o desejo dessas mulheres que permite que as crianças passem, com suas particularidades, a chamá-las de “mãe”. A primeira, de uma forma devoradora, toma esse “objeto filho”, escolhido para ser salvo da “mãe retardada”, como uma extensão de seu próprio corpo. Já a segunda, de forma dividida, parece não conseguir escapar de todo de uma ação caridosa, de cuidar de uma criança mal-cuidada, e não chega a decidir assumir um desejo materno. Porém, a criança encontra lugar exatamente nessa divisão e passa, ela sim, a dar-lhe um lugar de mãe. A terceira mãe é a que parece assumir mais claramente um desejo materno, de “criar” uma criança, vê-la crescer e se independentizar como aconteceu com seus três filhos mais velhos, um deles já casado. A experiência, descrita por ela como um trauma, da perda do primeiro filho adotivo, torna-se traumática quando ela descobre que o menino havia morrido, que sua mãe havia “falhado” em criá-lo. E é exatamente neste ponto da falha dos pais que ela resolve pegar para criar Henrique, um bebê com perigo de morte.

Estes fragmentos são mais pretextos para avançarmos, mas vislumbram realidades que são cada vez mais presentes em nosso cotidiano. A pontuação da autora, Isabel do Rêgo Barros, mostra uma diferença a ser feita entre o papel de cada uma das “mães de criação” dos três fragmentos. As três manifestam algo que se aproxima de um “desejo materno” em um sentido geral, o sentido do dicionário. Elas assumem a função que assumiram movidas por um desejo. Precisamos apontar a diferença entre os três desejos em questão.

Em vez de avançarmos nessa discussão, vamos recuar e examinar uma célebre passagem de Lacan. É uma passagem conhecida, mas a leremos pelo avesso, pois ela parece definir o pai e nós tentaremos ver como poderia definir a mãe.

A mãe dos objetos a

Apesar de definir o pai, essa passagem não o faz pelo caminho clássico, do Nome-do-Pai. Vale retomar a fórmula da função paterna, a partir do que Lacan definiu como metáfora paterna, em que estão em ação: a mãe, o Outro materno como desejo, desejo da mãe (DM), encarnado em suas idas e vindas aparentemente aleatórias, caprichosas; e o pai, como suporte dos saberes e preceitos da tradição, encarnada no sem sentido de seu Nome. .

$$\frac{\text{NP}}{\text{DM}} \cdot \frac{\text{DM}}{\text{X}} \rightarrow \text{NP} \frac{(\text{A})}{\phi}$$

O Nome-do-pai regulará o desejo da mãe, tornando-o submetido a uma estruturação, subjetivação específica, ao modo fálico.

Nestes casos não parece que estamos neste plano. Por isso, vale remetermos a uma passagem já conhecida do *Seminário RSI* em que a maternidade pode ser lida como outro modo de dizer a função paterna, ou como uma ruptura. A tendência tem sido a de lê-la como marcando ruptura, trazendo uma nova definição de pai, mais “pós-moderna”:

Um pai só tem direito ao respeito, ou mesmo ao amor, caso o dito amor, ou respeito, seja perversamente orientado, ou seja, tenha feito de uma mulher objeto a que cause seu desejo. No entanto, o que esta mulher em a -colhe nada tem a ver com isso. Aquilo de que ela cuida é de outros objetos a que são crianças.²

O “perversamente” assusta, mas apenas se pensarmos a perversão como sinônimo de “gente ruim”. Não é isso. O pai mantém algo de perverso se entendermos a perversão como uma coisa muito precisa: ser ligada a um objeto a , esse objeto que é aquilo que se busca no corpo do outro, com o que se goza — e não com uma totalidade. É da doutrina lacaniana pensar a sexualidade masculina a partir do fetichismo e a feminina a partir da erotomania. Neste sentido, “paiversamente” é “coisa de macho”, título de um capítulo do *Seminário, livro 10*, e não tanto coisa de perverso.³

Com essas ressalvas, destacamos dois grupos de articulações fundamentais. O primeiro envolve pai, mãe, respeito, amor. O segundo é a relação entre uma mulher, seu lugar de causa de desejo e seus filhos.

Primeira observação: não há simetria. Seria uma graça se assim fosse: um homem faria de uma mulher sua causa de desejo, ela responderia aceitando se fazendo objeto e eles seriam felizes para sempre com seus filhos. Nada disso! É o que marca o “no entanto”.

Lacan é claro ao afirmar que uma mulher a -colhe alguma coisa de um homem, no sentido em que ela, como objeto, acaba recebendo alguma coisa, por isso o neologismo. Mas nada disso tem a ver com um pai e uma mãe. O que uma mulher colhe como objeto a na relação com o homem nada tem a ver com os filhos. Os objetos a na família são as crianças.

Essa é outra maneira de descrever o quarteto freudiano: pai, mãe, criança, falo

Importa marcar como entramos hoje na família pela porta dos fundos. Em vez de Pai, Mãe, filho e falo, temos: crianças-objeto da mãe, mulher objeto-causa de um homem, que então merece o respeito devido a um Pai.

A mãe é uma mulher feita causa de desejo, mas não é desse modo que ela se situa na relação: “Uma mulher não mais que um homem é objeto a , ela tem os seus”, diz Lacan. Na família, os objetos a em cena são os da mãe. Se os dois vão sair à noite, ela pode ser objeto, mas, quando estiverem na mesa de jantar, é em outro lugar que ela se situa e serão seus filhos os objetos.

No geral, uma mulher também não é objeto a pela vida. “Ela tem os seus, dos quais ela se ocupa”. No francês é “*s’occupe*”, traduzimos habitualmente como “cuidado”, mas é bom assinalar como ela “ocupa” seu ser com isso. Os termos marcam a diferença: ela a -colhe um homem e de seus objetos a (dela) ela cuida.

Então, em lugar de situar o fundamento da família no Pai, ou na criança, como se tende a fazer no direito de hoje, Lacan o situa na especialíssima relação de objeto entre mãe e filhos.

E o Pai? Se tudo isso funciona, delimita-se a perversão paterna, que neste momento Lacan não chama mais de função. A perversão paterna é aquela cuja causa é uma mulher que ele tenha adquirido para fazer-lhe filhos e de que deles ele assuma cuidados [*soins*] paternos, queira ou não.

Os “cuidados” paternos são definidos com outro termo, *soins*, a ênfase é outra, são cuidados no sentido de “atenções”. O essencial — sem hierarquia, mas de forma entrelaçada — é: uma relação de objeto com a mulher que será mãe, as atenções paternas com os objetos dela e, finalmente, um semi-dizer muito específico, assim definido:

Sobre elas [as crianças], contudo, o pai intervém, excepcionalmente nos corretos casos, para manter a repressão no justo semi-dizer, se você me permitem, da versão que lhe é própria de sua perversão, única garantia de sua função de pai.

Haverá um não-dito que corre por debaixo da mesa sobre o endereçamento desse homem a essa mulher e dela, como objeto *a*, para esse homem. É preciso que ele não diga tudo do que faz com que ele deseje essa mulher. Lacan fala desse justo semi-dizer em uma fórmula impressionante: o justo semi-dizer *é que não se veja logo de saída do que se trata naquilo que ele não diz*. Que não se veja logo de saída o que se trata naquilo que ele não diz sobre o desejo dele, sobre essa mulher como causa de desejo.

A mãe do respeito

O centro da família, agora, passa a ser a relação da mãe com as crianças que Lacan teoriza como a relação entre um ser falante e seus objetos *a*. Para colocar uma peça decisiva em nosso quebra-cabeças falta entendermos o que é estar em relação de cuidado com objeto *a*.

O que é cuidar dos seus objetos *a*? O que é a mãe ter os seus objetos *a*? É difícil. Enquanto com o objeto *a* pode-se estabelecer uma relação de cuidado; com o falo, ela será de complementação. Precisamos distinguir 1) a situação de cuidado de uma mãe com uma criança como objeto *a* de 2) a situação indicada em “Nota sobre a criança”, da criança ser tomada como objeto da fantasia materna. Não parece ser a mesma coisa.

Esquematizemos três articulações a serem distribuídas nas três situações propostas acima.

1. O filho como falo é o filho da “missão cumprida”, apresentando no segundo fragmento clínico. É a relação de complementação.
2. O filho como capturado na fantasia da mãe, como objeto, é o filho do primeiro fragmento. É a relação de captura narcísica.
3. Finalmente, o filho como objeto “*a*”, é o do terceiro fragmento. Cuidar de seus objetos “*a*”, ocupar-se deles, é situá-los na realidade compartilhada e não na fantasia inconsciente.

Se uma criança puder estar no lugar de objeto *a* para essa que será a mãe, para essa que pelo seu desejo assume o cuidar de objetos e, por isso, se torna mãe, esse objeto *a* necessariamente terá um limite — ele é um limite para a capacidade devorante dela.

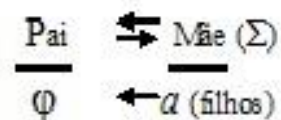
O objeto *a* se define como uma parte caída do corpo e, se retorna, a angústia se apresenta. De fato, a relação primeira e fundamental estabelecida por Lacan com o objeto *a* é a de angústia (a seguir, no mesmo *Seminário 10*, causa de desejo, ambas intensamente de gozo).

Alguém pode ser objeto a para alguém? Parece estranho, pois objeto a se dá dentro de uma fantasia. Mas, se pudermos assumir um pouco essa naturalização do objeto a pelo mundo, talvez seja possível usar essa ideia como há pouco.

Outro ponto: o objeto a , por definição, é um pedaço perdido do corpo, de um corpo prévio, mas um pedaço perdido. Então, quando Sueli — a mãe do terceiro fragmento — toma a criança, pois, de alguma maneira, essa criança faz parte de sua família, é algo de si que retorna, como se voltasse no real, um “si perdido”, prévio a própria constituição. É possível percebermos que isso já se apresenta como um impedimento a que essa relação seja de reabsorção devorante. Esse impedimento é reforçado pelo fato de que essa criança encarna o objeto perdido, o menino que ela tentou adotar anteriormente, mas que o perdeu para a morte. Ao contrário de um psicólogo, que tenderia a considerar as razões que levam Sueli a querer adotar essa criança “na repetição” como ponto contra — uma vez que ela teria que amar essa e não a anterior —, nós podemos considerar que só se ama a partir da fantasia e que todo amor tem algo de repetição. Sueli poderia ser talvez a mais mãe de todas, já que ela a ama “a partir” da fantasia.

Para concluir, poderíamos desenhar essas relações assim:

As duas flechas ligando Pai e Mãe sintetizam, de um lado, a ideia da perversão masculina e, de outro, a mulher como causa de desejo. Lacan sintetiza essa ideia nessa passagem como “sintoma” — por isso a letra sigma. É uma relação sintomática. O que não faz da mãe objeto a nessa relação, pois a mãe tem os seus objetos a , que seriam os filhos. Com relação a esses objetos a , o pai tem que ter o “justo dizer”.



O pai e a mãe estão em uma relação de sintoma, de desejo, de casal. Mas essa mulher, ao lidar com seus filhos como seus objetos a faz essa relação passar de sintoma-casal a sintoma-família. É a relação com esses objetos que sustenta Pai e Mãe. E a estabilização dessa mulher com seus objetos passa pelo cuidado que, por sua vez, envolve tomar os filhos como objeto, mas também mediar essa relação por um semi-dizer, pelo vazio do falo. É isso que pode fazer com que um homem, se ele for aquele que sustenta o semi-dizer, se torne um Pai. O *respeito* a que se refere Lacan talvez seja isso.

Pai-mãe

Torna-se mais clara a relação entre a mãe e seus objetos, mas podemos dizer algo mais sobre a relação entre pai e mãe? Quando Lacan fala do “pai digno de respeito”, ele define a mãe como “objeto a para o pai”. Entendo que “*péerversamente orientado*” significa, ao mesmo tempo, algo da relação paterna por excelência, mas também algo que se dá pela forma da perversão, no sentido de que o objeto visado é o objeto a . É uma operação com dois momentos: existe o sexo masculino como Freud o definiu, aquele que se dirige aos objetos parciais e que define uma estruturação sexual macho, basicamente perversa. A direção sexual para os objetos é, então, um primeiro momento. O segundo momento é aquele em que o objeto parcial se torna causa de desejo. Isso equivale à função Nome-do-Pai.

A partir dessa significantização, é permitido à mãe que tenha os filhos como objetos a causa de desejo e não, por exemplo, como em certos casos de psicose, como objetos de horror.

O objeto a pode ser causa de desejo ou objeto de horror. A relativização, com a eleição pela mãe dos filhos como objetos a , possui um precedente, o primeiro e o segundo momento, que depende da sexualidade masculina, que faz com que a mãe, antes de tudo, seja um objeto parcial para um homem.

O terceiro momento seria aquele em que a mãe usaria seus filhos como objetos a . Existe uma ruptura, uma diferença muito grande, entre a função mãe e a função pai — se é que podemos chamá-las de função.

Para que haja “função” mãe é preciso, primeiro, ser tomada como objeto a para a fantasia de alguém. Será que é realmente preciso que tudo comece com o homem? Para simplificar: tudo começaria, a exceção de Adão e Eva, com alguém tomado como objeto parcial. Para que esse alguém seja tomado como objeto parcial seja fértil, é preciso ser macho ou fêmea.

Existe uma torção entre a eleição, a significação paterna e a criação dos filhos como objetos a . O estatuto comum da sexualidade masculina visa sempre objetos parciais. A operação decorrente visa dar, às crianças que nasceram, um estatuto de objeto. A mãe, para usar as crianças como causa de desejo, experimenta uma ruptura entre ela e a função que ela própria tem de objeto sexual. Ou seja, é preciso que ela consinta — nem que seja como semblante — em se encaixar nessa busca do objeto. É uma espécie de semblante de objeto a .

As duas coisas vão juntas. Poderíamos até nos perguntar por onde começa, mas se todo mundo jogar o jogo, isso roda e funciona. Então, se um pai deseja perversamente essa mulher, é uma mulher e, se ela consegue ter alguma coisa fora para se ocupar, ela não é apenas objeto a dele, então ela o coloca como pai. Senão ele seria apenas aquele homem que vai embora, o que é muito comum hoje em dia.

É preciso que consideremos, primeiramente, o objeto que falta à mulher, o $(-\phi)$ da castração, e em seguida a operação de positivação, pela qual aquilo que falta à mulher se positiva como objeto causa de desejo. A mulher, para tornar-se mãe, passa por uma positivação do objeto que falta. É preciso que a criança positive essa falta — o objeto a não é negativo, é aquilo que irá no lugar do que falta. O que é importante nesta operação é que o objeto a , um objeto positivo, vem no lugar do objeto da castração, que por definição falta.

Falta

Parece uma perspectiva diferente daquela da criança como complemento fálico. O objeto negativo seria como uma passagem na direção do objeto causa de desejo? Objeto negativo, o $(-\phi)$ da castração é simplesmente a marca de que falta alguma coisa à mulher. Para que essa mulher se torne mãe, a falta se positiva, essa é a passagem do $(-\phi)$ da castração para o objeto a , causa de desejo.

O importante é que a operação se cumpra. Dentro da operação, a parte mais importante do engendramento é a criança, a passagem da falta da mãe para a positividade do filho como objeto a . São operações independentes. O desejo do homem por uma mulher não está embutido no desejo de filhos. A operação que leva as crianças como objeto é a operação da transmutação mulher/mãe. É diferente desejar uma mulher e ela fazer filhos — que são consequências desse desejo, talvez, mas consequências indiretas — e fazer desses filhos objetos a . Por isso é importante a passagem pelo $(- \phi)$ da castração. Existe uma falta da mulher que nunca será preenchida, mas que se manifesta como objetos positivos.

Podemos imaginar a possibilidade das coisas não começarem com a falta? Insistimos que algo tem que faltar a ela para que ela possa ter essa criança como objeto a . Podemos tentar imaginar o caminho ao contrário, do objeto à falta, e não necessariamente da falta ao objeto. Será possível que a partir de uma relação objetual qualquer se construa alguma coisa que garanta lugar para uma falta que até então era instável?

Freud chamou de incesto aquilo que é impossível no sexual, ou seja, o limite do próprio sexual. O incesto não é proibido, ele é impossível. Os horizontes da fantasia, para Freud, são o parricídio e o incesto, que não precisam nunca ter acontecido. Seria preciso que falte algo à mulher para que ela seja mãe? Não. Uma mulher pode ser mãe sem que lhe falte coisa alguma, ou, pelo menos, não lhe falte o que uma criança pode suprir.⁴

Esse esquema, que é de 1975, resiste às novas formas de laço conjugal e familiar — por exemplo, de pais homossexuais? Podemos pensar se essa é uma estrutura tão fundamental que pode responder a todas as transformações que estão ocorrendo na cultura. Podemos pensar se a família é de fato um real das relações humanas, se ela resiste, se permanece inteira, seja qual for a modificação que sofra. Tudo isso fica como questão. Primeiro para não sermos culturalistas, e também para não sermos reacionários. A função principal da psicanálise é a de recolher os sintomas de sua época. A psicanálise não pode, nem precisa escolher os sintomas. Os sintomas é que escolhem a psicanálise. Veremos se ela está apta a acolher os novos sintomas.

Para concluir, algumas hipóteses

A expressão "desejo da mãe", no contexto edípico, traduz o Outro primordial, imponderável, sem lei, que entra e sai de cena segundo seu capricho, fazendo a criança passar do estado de satisfação à ausência absoluta de recursos para lidar com suas excitações e os estímulos do mundo. É este desejo que será metaforizado, regulado, pela função paterna. Só o fato, porém, de chamá-lo de desejo já é tomá-lo no plano de algum enquadre. Talvez a expressão "gozo da mãe" fosse mais apropriada. Cairíamos, contudo, no paradoxo de que a mãe só é mãe caso esteja submetida ao regime do desejo, exatamente o que o nome do pai vem garantir.

Em um sentido estrito, não há gozo da mãe antes do Nome do pai porque sem nenhuma referência a Outro que não ela mesma, a mãe só pode se apresentar para sua criança, em termos de alteridade, como um Outro caprichoso. Não há, então, função materna, porque qualquer função só existe a partir do regramento que a triangulação edípica, formalizada por Lacan como "metáfora paterna" promove e generaliza. De certa forma, toda função é paterna.

De um lado, então, a mãe do dia das mães, tributária, em sua própria estabilidade carinhosa, da função paterna; e, de outro, algo que a mãe representa e que não é uma função, mas uma presença, caprichosa, superegoica, devastadora, extática também, que resta não recoberta pela metáfora. A literatura psicanalítica fez florescer muitos termos para designar este plano da realidade clínica que neste livro foi chamada mais de uma vez de *crocodilo*: mãe arcaica, supereu materno ou pré-genital entre outros. Esta presença é aquilo da mãe que não coube no papel da mãe “do dia das mães”.

Buscamos, nesses casos, convocar os diferentes ângulos dessa presença excessiva e sempre polifônica que se encontra a cada vez que se busca o obscuro do desejo de uma mãe. Interrogamos se haveria a possibilidade desta dimensão materna apresentar-se não mais como excesso do enquadre edípico, paterno, mas como um espaço em si mesmo. Dito de outro modo: certo, não há mãe “do dia das mães” sem referência ao registro paterno, mas haveria algum tipo de chão materno onde possa assentar-se um sujeito sem os limites relativamente estáveis que a exterioridade paterna confere ao solo?

Sabemos como seria uma tal realidade caso ela existisse e não fosse pura devastação. Para começar, ela seria uma alteridade para a qual não vigoraria nenhuma regulação pela crença. A normatividade edípica supõe que a criança aceite o que diz seu pai, mas, sobretudo, assumo que este que lhe enuncia a lei é seu pai “porque sim”, apenas porque sua mãe o disse. Submeter-se ao pai é submeter-se à crença no Pai, pura fé na tradição, vazio e ausência.

A regulação pela crença é a regulação pela ação de um vazio. Fora de seu raio de ação, como falar em falta e renúncia e como supor uma ordem social sem renúncia? Ora, há muitas formas de vida fora da ordem dada pela falta, a esquizofrenia é uma delas e não à toa Freud a chamou de recusa da crença, *Unglauben*. Por isso mesmo Deleuze a escolheu para desenhar o mundo de uma utopia em que nada mais seria regido por vazio, falta e desejo, apenas fluidos e aparelhos.⁵

Estaríamos nesse mundo? De certa forma sim, o valor da falta está em baixa há muito e nossos problemas maiores giram em torno de como lidar com o excesso. Quando não há um valor maior, justamente porque nunca verificado, apenas aceito, tudo se hierarquiza com relação a ele. Já em nossos dias, o relativismo ambiente se liga à generalização de verdades locais somente, que dependem sempre do contexto sem referirem-se a algum valor transcendente.

É urgente, porém, irmos contra o relativismo ambiente, uma das características marcantes de um espaço sem ordenação pela falta. Especialmente urgente quando ao relativismo responde um movimento mais ou menos embrutecido de restauração fálica, ou melhor, *falocêntrica*, por superpor de maneira rígida, falo e pênis, como assistimos em regimes de poder reacionários em diversas partes do mundo e muito especialmente no Brasil.

Com ou sem verdades transcendentais no ar, a análise não será nenhuma restauração, da fé ou do poder fálico. O analista não é pai, nem mãe (do dia das mães). Mesmo que sua oferta seja a de um mergulho no sem pé nem cabeça do mundo, isso não significa que a análise não tenha um norte.

Neste texto definimos este norte como *desejo*, em um primeiro momento ligado à regulação pela *falta*, em outro, mais tardio no ensino de Lacan, como *respeito*, por uma escolha de gozo, de fazer de alguém sua casa de desejo.

O analista é um desejo, a ser localizado entre o Nome-do-Pai e o desejo da mãe. Este desejo é o que valerá e nos tirará do “tudo se equivale”. A função “analista” é a de um desejo aberto, que Lacan chamou, desejo do analista. É ele que pode sustentar para seu paciente o *playground* da transferência, como diz Freud, um espaço sem demanda específica para que o analisante se encontre com as tantas demandas e fixações libidinais que fizeram história em sua vida e as faça funcionar de outro modo. O mesmo vale, com as devidas diferenças, para a construção de alguma via de estabilização na psicose e mesmo em situações de devastação. Em um mundo em que não há portas que não possam ser abertas, costumam faltar brechas. Nele, o desejo do analista pode fazer diferença por ser aquele espaço que é pura abertura.

Precisamos lembrar que o desejo do analista, apesar de aberto, tem uma âncora. Este desejo só é presente e aberto porque o gozo do analista está “de fora”. É preciso que suas satisfações não se sobreponham ao encontro analítico, senão ele estaria apenas aproveitando-se da sessão para seu gozo próprio, voyeur ou sádico, por exemplo. Por outro lado, ele não renuncia a todo gozo, o que o deixaria mais perto de um religioso ou asceta, do que de uma figura real. Sua posição depende do desejo de quem pode lidar com seu gozo sem negá-lo. Nos termos de Lacan, ele pode servir-se de seu gozo, servir-se de seu *sinthoma*, sem servir a ele.

¹ Os fragmentos de caso são de Isabel do Rêgo Barros, a quem agradecemos.

² Idem. (1974-1975). “RSI”. Seminário inédito, aula de 21 de janeiro de 1975.

³ LACAN, J. (2005[1962-1963]). *O seminário, livro 10: a angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, pp. 217-231. Estas referências podem ser encontradas, sobretudo, ao longo do *Seminário, livro 20*, especialmente no capítulo VI, “Deus e o gozo d’A Mulher”. Idem. (1985[1972-1973]). *O seminário, livro 20: mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, pp. 97-100.

⁴ Idem. *Ibidem*. Em “RSI”, nossa referência, Lacan prossegue em uma questão sobre a crença. Ao mesmo tempo há uma mudança na família e há também uma complexificação na função da crença. Existem modalizações da crença, uma coisa é você acreditar na mulher e outra coisa é acreditar nessa mulher: *y croire* ou *la croire*. A seguir há ainda a “Fábula da Ondina”, citada por ele para exemplificar a diferença entre acreditar nela ou não. O filme sobre a Ondina, de Neil Jordan, pode ser também uma referência visto que ele é uma modernização da fábula.

⁵ Remeto a vocês à mesa redonda convocada por Jacques-Alain Miller sob o título “Você disse Anti-Édipo?”, no Congresso da AMP em que participaram Romildo, Miquel Bassols German Garcia e Serge Cottet (Opção Lacaniana, n. 42, São Paulo, EBP, 2005, pp. 64-83).